

14. 1ª Edição do Programa de Inovação Social Aberta de Braga - Protocolo para a implementação do projeto.

Submete-se à consideração do Executivo Municipal minuta do protocolo a celebrar com a Associação Agir com Gerações dos 0 aos 100, no âmbito da 1ª Edição do Programa de Inovação Social Aberta de Braga, nos termos da leitura conjugada das alíneas *h)* e *m)* do n.º 2 do artigo 23.º e alínea *u)* do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, tudo de acordo com os documentos que constam do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE EXECUTIVO MUNICIPAL

N.º Informação: 115373

Data: 29/12/2023

Assunto: 1ª Edição do Programa de Inovação Social Aberta de Braga - Protocolo para a implementação do projeto

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal:	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despacho
O Presidente
O(a) Vice-Presidente , à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

PROPOSTA: Submete-se à consideração do Executivo Municipal, minuta do protocolo a celebrar com a Associação Agir com Gerações dos 0 aos 100, no âmbito da 1ª Edição do Programa de Inovação Social Aberta de Braga, nos termos da leitura conjugada do artigo 23.º, n.º 2, alíneas h) e m), e do artigo 33.º, n.º 1, alínea u), todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Considerando que:

1. O Município de Braga dispõe de atribuições no domínio da ação social, nos termos do disposto no artigo 23.º, n.º 2, alíneas h) e m) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais.
2. Compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza educativa, cultural ou outras de interesse para o município, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea u) da mencionada Lei n.º 75/2013;
3. O Município de Braga celebrou em 11 de maio de 2023 um Protocolo de Colaboração com a Fundação “la Caixa” e a BragaHabit para impulsionar a Inovação Social através do desenvolvimento de um programa piloto que congregasse e aplicasse os conceitos de Inovação Social e de Inovação Aberta;

4. O Programa de Inovação Social Aberta de Braga visa potenciar o desenvolvimento de projetos centrados na satisfação das necessidades sociais do Município de Braga, bem como a geração de sinergias entre entidades sociais, empresas e instituições ligadas ao desenvolvimento do conhecimento, promovendo relações de cooperação e colaboração para responder aos vários desafios que surgem neste contexto;
5. As Normas de Funcionamento do Concurso da 1ª Edição deste Programa vieram estabelecer os termos da participação das entidades candidatas no Programa, cuja 1ª edição tem por objeto o desenvolvimento de soluções que visem a promoção do sucesso escolar e o acesso a processos de aprendizagem ao longo da vida por parte das Comunidades Ciganas no território do Município de Braga;
6. Nos termos do disposto no artigo 5.º, n.º 3 das Normas de Funcionamento, a Comissão de Seleção constituída é responsável pela escolha do projeto vencedor de acordo com os critérios de avaliação enunciados no n.º 2 do mesmo artigo, tendo sido selecionado o projeto AGIR- 0 aos 100, apresentado pela Associação Agir com Gerações dos 0 aos 100, cuja solução de impacto será implementada, enquanto projeto-piloto financiado nos termos previstos nas Normas de Funcionamento;
7. O artigo 6.º, n.º 2 das suprarreferidas Normas de Funcionamento do Concurso determina que uma vez selecionado o projeto vencedor, este será financiado, pelo município de Braga, até um máximo de €35.000 para implementação de um projeto piloto, a liquidar conforme vier a ser definido no respetivo Protocolo de Colaboração, sendo compromisso do Município de Braga e da BragaHabit assinar um protocolo de colaboração com o representante desse projeto, conforme minuta em anexo, nos termos da Cláusula Segunda do Protocolo de Colaboração entre a Fundação la Caixa, o Município de Braga e a BragaHabit.

Face ao exposto, proponho que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, profira despacho no sentido submeter a Minuta do Protocolo em anexo, a celebrar no âmbito da 1ª Edição do Programa de Inovação Social Aberta de Braga, à próxima Reunião do Executivo Municipal para aprovação.

A Vereadora da área da Inovação e Coesão Social

Anexos:

1. Minuta do Protocolo
2. Ata da comissão de seleção

**PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA, A BRAGAHABIT E
A ASSOCIAÇÃO AGIR COM GERAÇÕES DOS 0 AOS 100 NO ÂMBITO DA 1ª
EDIÇÃO DO PROGRAMA DE INOVAÇÃO SOCIAL ABERTA DE BRAGA**

Entre o **Município de Braga**, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, neste ato representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de presidente da Câmara Municipal, em exercício de funções, adiante designado como Primeiro Outorgante,

A **BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E. M.**, pessoa coletiva n.º 504 537 784, com sede na Rua D. Paio Mendes, n.º 51, 4700-424 Braga, neste ato representado por Carlos Alberto da Fonte Videira, na qualidade de Administrador Executivo, em exercício de funções, adiante designada como Segunda Outorgante,

E

Associação Agir com Gerações dos 0 aos 100, pessoa coletiva n.º 517 531 054, com sede na Rua da União, n.º 1, 4705-671 Braga, neste ato representado por Maria José Leal Coelho Barbosa, na qualidade de Presidente da Associação, adiante designado como Terceira Outorgante.

Considerando que:

- O Município de Braga dispõe de atribuições no domínio da ação social, nos termos do disposto no artigo 23.º, n.º 2, alíneas h) e m) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais. Bem como, compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza educativa, cultural ou outras de interesse para o município, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea u) da mencionada Lei n.º 75/2013;
- O Município de Braga celebrou em 11 de maio de 2023 um Protocolo de Colaboração com a Fundação “la Caixa” e a BragaHabit para impulsionar a Inovação Social através do desenvolvimento de um programa piloto que congregasse e aplicasse os conceitos de Inovação Social e de Inovação Aberta;
- O Programa de Inovação Social Aberta de Braga visa potenciar o desenvolvimento de projetos centrados na satisfação das necessidades sociais do Município de Braga, bem como a geração de sinergias entre entidades sociais, empresas e instituições ligadas ao desenvolvimento do conhecimento, promovendo relações de cooperação e colaboração para responder aos vários desafios que surgem neste contexto;
- As Normas de Funcionamento do Concurso da 1ª Edição deste Programa vieram estabelecer os termos da participação das entidades candidatas no Programa, cuja 1ª edição tem por objeto o desenvolvimento de soluções que visem a promoção do sucesso escolar e o acesso a processos de aprendizagem ao longo da vida por parte das Comunidades Ciganas no território do Município de Braga;
- Nos termos do disposto no artigo 5.º, n.º 3 das Normas de Funcionamento, a Comissão de Seleção constituída é responsável pela escolha do projeto vencedor de acordo com os critérios de avaliação enunciados no n.º 2 do mesmo

artigo, tendo sido selecionado o projeto “A PAR: Agir para promover a Pertença, Aprendizagem e Resiliência”, apresentado pela Terceira Outorgante, cuja solução de impacto será implementada, enquanto projeto-piloto financiado nos termos previstos nas Normas de Funcionamento;

- O artigo 6.º, n.º 2 das suprarreferidas Normas de Funcionamento do Concurso determina que uma vez selecionado o projeto vencedor, este será financiado até um máximo de €35.000 para implementação de um projeto piloto, a liquidar conforme vier a ser definido no respetivo Protocolo de Colaboração, sendo compromisso do Município de Braga e da BragaHabit assinar um protocolo de colaboração com o representante desse projeto, nos termos da Cláusula Segunda do Protocolo de Colaboração entre a Fundação la Caixa, o Município de Braga e a BragaHabit.

Nestes termos, é celebrado o presente protocolo que se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

(Objeto)

O presente protocolo é celebrado ao abrigo do disposto do número 2 do Artigo 6.º das Normas de Funcionamento da 1ª Edição do Programa de Inovação Social Aberta de Braga, determinando as condições a observar na execução do respetivo projeto, com especial incidência no que se refere à atribuição e aplicação do apoio financeiro e não financeiro a conceder, nos termos do Plano de Ação Integrado apresentado pela Terceira Outorgante, ora anexa, e que faz parte integrante do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

(Obrigações da Terceira Outorgante)

A Terceira Outorgante obriga-se no presente protocolo ao seguinte:

- a) Iniciar a implementação do projeto piloto durante o mês de janeiro de 2024;
- b) Utilizar o montante do apoio na prossecução e desenvolvimento do projeto piloto ao longo de um período de 12 meses a contar da data do seu início;
- c) Apresentar um relatório de acompanhamento da execução semestral, assim com um relatório final, no prazo de três meses a contar do seu termo, com uma avaliação do impacto da solução implementada, assim como o seu resultado na capacidade de criação de mudanças sociais significativas, replicáveis, duráveis e mensuráveis;
- d) Cooperar com o Município e a BragaHabit no acompanhamento e cumprimento do presente protocolo;
- e) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- f) Atender na sua atuação aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- g) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente protocolo.
- h) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga ou pela BragaHabit, no âmbito do objeto do presente protocolo;
- i) Fazer referência ao Programa de Inovação Social Aberta de Braga e à parceria com a Fundação la Caixa, o Município de Braga e a BragaHabit, através de menção expressa e inclusão dos respetivos logótipos, em todos os suportes de divulgação, promoção ou difusão das atividades, bem como em toda a informação

difundida nos diversos meios de comunicação.

CLÁUSULA 3.^a

(Comparticipação financeira)

1. Para a prossecução do desenvolvimento do projeto mencionado na Cláusula Primeira, o Primeiro e a Segunda Outorgante comprometem-se a prestar apoio financeiro à Terceira Outorgante, através de um apoio para efeitos do desenvolvimento do projeto piloto que foi objeto da candidatura ao Programa de Inovação Social Aberta de Braga.
2. O valor global do apoio, de acordo com o número 2 do Artigo 6.º das Normas de Funcionamento da 1ª Edição do Programa de Inovação Social Aberta de Braga será de 35 000 €, com IVA Incluído.
3. A verba em causa será atribuída mediante a apresentação de documentos que comprovem a realização da atividade ou da despesa incorrida para o efeito.

CLÁUSULA 4.^a

(Afetação da Verba)

1. A verba atribuída no âmbito do presente protocolo é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo a Terceira Outorgante utilizá-la para outros fins, sob a pena de rescisão unilateral imediata deste protocolo, por parte do Primeiro Outorgante.
2. Os financiamentos atribuídos pelo Município com vista à execução dos respetivos projetos ou ações admitidas podem ser complementados pela Terceira Outorgante ou pelas entidades parceiras através de outros apoios e recursos, desde que devidamente declarados e sem incorrer em situações de duplo financiamento das mesmas atividades.
3. Caso se confirmem situações de aplicação irregular dos apoios concedidos e/ou informação insuficiente sobre a aplicação dos mesmos, a Terceira Outorgante ficará obrigada a restituir os montantes indevidamente aplicados e/ou impedida de apresentar novos projetos em futuras edições do Programa, sem prejuízo das demais consequências legalmente determinadas que se mostrem aplicáveis na situação concreta.

CLÁUSULA 5.^a

(Comparticipação não financeira)

Para a prossecução do desenvolvimento do projeto mencionado na Cláusula Primeira, a Segunda Outorgante compromete-se a prestar um conjunto de serviços à Terceira Outorgante, sendo-lhe garantido o acesso gratuito ao espaço de incubação física do Human Power Hub, bem com a disponibilização de serviços de assessoria, consultadoria, mentoria e integração nas comunidades de impacto do Human Power Hub.

CLÁUSULA 6.^a

(Enquadramento legal)

1. O presente protocolo fica sujeito aos princípios gerais da atividade administrativa, previstos no Código do

Procedimento Administrativo, e aos princípios gerais da contratação pública, previstos no artigo 1º-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos.

2. De acordo com a alínea c), do n.º 4, do artigo 5 do D.L. n.º 111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, ao presente protocolo não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos.
3. É designado como Gestor de Contrato, o Chefe de Divisão, a exercer funções na Divisão de Coesão Social e Solidariedade, Dr. António Direito, a quem caberá, designadamente acompanhar a execução permanente deste protocolo, zelando pelo cumprimento das obrigações assumidas e sinalizando quaisquer desvios ou outras anomalias que se verifiquem na sua execução.

CLÁUSULA 7.ª

(Prazo de Execução dos Projetos)

1. A Terceira Outorgante deve comunicar antecipadamente à BragaHabit e ao Município de Braga a data de início e conclusão do seu projeto.
2. A execução física e financeira do projeto piloto deverá estar concluída no prazo máximo de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA 8.ª

(Monitorização)

1. A Terceira Outorgante fica obrigada a produzir relatórios semestrais de progresso e um relatório final, no prazo de três meses a contar do seu termo, com uma avaliação do impacto da solução implementada, assim como o seu resultado na capacidade de criação de mudanças sociais significativas, replicáveis, duráveis e mensuráveis.
2. Estes relatórios serão apreciados pelo Gestor de Contrato, que será coadjuvado pela equipa do Human Power Hub, e verificará a conformidade da execução física e financeira do mesmo.
3. A não conformidade com o projeto ou a não apresentação de relatórios de execução poderá implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído, bem como a inibição de apresentação de candidaturas em futuras edições do Programas, sem prejuízo de outras consequências legalmente aplicáveis.
4. Cumprir aos serviços competentes da BragaHabit, através da equipa do Human Power Hub, o acompanhamento dos projetos apoiados, podendo, nesse âmbito, solicitar a qualquer momento as informações que considerem necessárias sobre as intervenções e atividades no decurso do período de execução e de sustentabilidade previstos no protocolo de colaboração.
5. Durante a fase de acompanhamento da execução dos projetos financiados, a Terceira Outorgante deverá assegurar o acesso às iniciativas e atividades ao Gestor do Contrato e à equipa do Human Power Hub.

CLÁUSULA 9.ª

(Publicitação)

1. A Terceira Outorgante fica obrigado a publicitar o apoio do Programa em todas as atividades desenvolvidas, em conformidade com as orientações produzidas pela Fundação la Caixa, pelo Município de Braga e pela

BragaHabit.

2. Os elementos submetidos à BragaHabit durante a execução dos projetos aprovados são da exclusiva responsabilidade da Terceira Outorgante e poderão vir a ser utilizados pela Fundação la Caixa, pelo Município de Braga e pela BragaHabit para efeitos de divulgação, nos termos da legislação em vigor.
3. Durante o período de execução dos projetos financiados, a Terceira Outorgante deve assegurar o acesso da Fundação la Caixa, do Município de Braga e da BragaHabit às iniciativas e atividades do projeto, nomeadamente para efeito do registo audiovisual, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA 10.ª

(Revisão do Protocolo)

1. Qualquer alteração ou adaptação ao presente protocolo carece de prévio acordo do Primeiro Outorgante, a prestar por escrito.
2. Eventuais pedidos de alteração aos projetos aprovados devem ser solicitados, mediante um formulário específico, dirigido à BragaHabit para posterior análise por parte do Gestor do Contrato e deliberação por parte da Câmara Municipal Braga e da BragaHabit, ouvida a Fundação la Caixa.
3. As alterações operadas pela Terceira Outorgante sem a devida autorização prévia da BragaHabit e da Câmara Municipal de Braga podem implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído aos projetos.

CLÁUSULA 11.ª

(Cessação do Protocolo)

1. O presente Protocolo pode, a todo o tempo, ser resolvido pelo Primeiro Outorgante, caso a Terceira Outorgante deixe de cumprir as obrigações que aqui assume ou não entregue, atempadamente, os documentos e consentimentos que lhe sejam solicitados pelo Primeiro Outorgante no decurso da execução deste protocolo, bem como, quando não sejam cumpridos os objetivos que constituíram o objeto do presente Protocolo.
2. O Protocolo pode ainda ser resolvido pelo Primeiro Outorgante, por razões de interesse público devidamente fundamentado.

O Primeiro Outorgante,

A Segunda Outorgante,



A Terceira Outorgante,

Braga, _____ de janeiro de 2024

ATA NÚMERO 2 DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DE PROJETOS DA 1ª EDIÇÃO DO PROGRAMA DE INOVAÇÃO SOCIAL ABERTA DE BRAGA

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas, reuniu ordinariamente a Comissão de Seleção dos Projetos da 1ª Edição do Programa de Inovação Social Aberta de Braga, com a presença de todos os seus membros:

- Isabel Soares, em representação da Fundação la Caixa
- David Rodrigues, em representação da Fundação la Caixa
- Helena Loureiro, em representação do Município de Braga
- Maria José Casa-Nova, por acordo comum das Partes;

A reunião teve como ponto único da ordem de trabalhos a escolha do projeto vencedor de entre os projetos selecionados na Fase 1, de acordo com os critérios de avaliação enunciados no número 2 da 5ª Cláusula das Normas de Funcionamento e cuja solução de impacto será implementada, enquanto projeto-piloto financiado nos termos previstos das Normas de Funcionamento.

Após análise dos 8 projetos que integraram a fase 2, a Comissão de Seleção decidiu selecionar, por unanimidade, o projeto **AGIR – 0 aos 100**, enquanto projeto vencedor, face ao facto de cumprir os parâmetros referentes às alíneas a) b) e c) do nº 2 do artigo 5º das Normas de Funcionamento, revelando clareza na explicitação dos mesmos e obtendo a valoração mais elevada no âmbito dos critérios de avaliação. O projeto realizou um diagnóstico com a participação da comunidade cigana e propõe-se a:

Intervir com 55 alunos ciganos a frequentar os 1º e 2º ciclos;

Atingir como objetivo a diminuição do absentismo escolar e promoção do sucesso educativo dos beneficiários;

Enquanto abrangência de destinatários intervir com crianças, pais, professores, envolvendo pessoas ciganas com relevância social;

Realizar avaliação de impacto mensurando os indicadores “notas escolares e assiduidade (faltas justificadas e injustificadas)” com o recurso a questionários e entrevistas;

Promover a sustentabilidade do projeto mediante a manutenção do apoio de investidores sociais.

Por fim a Comissão de Seleção entendeu conceder um voto de louvor e reconhecimento a todos os restantes projetos, pelo empenho na concretização do programa e, essencialmente, pelo sentido de missão em transformar o mundo que revelaram.



Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a reunião, dela se lavrando a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por todos os Membros da Comissão de Seleção dos Projetos.

Os membros da Comissão de Seleção dos Projetos,